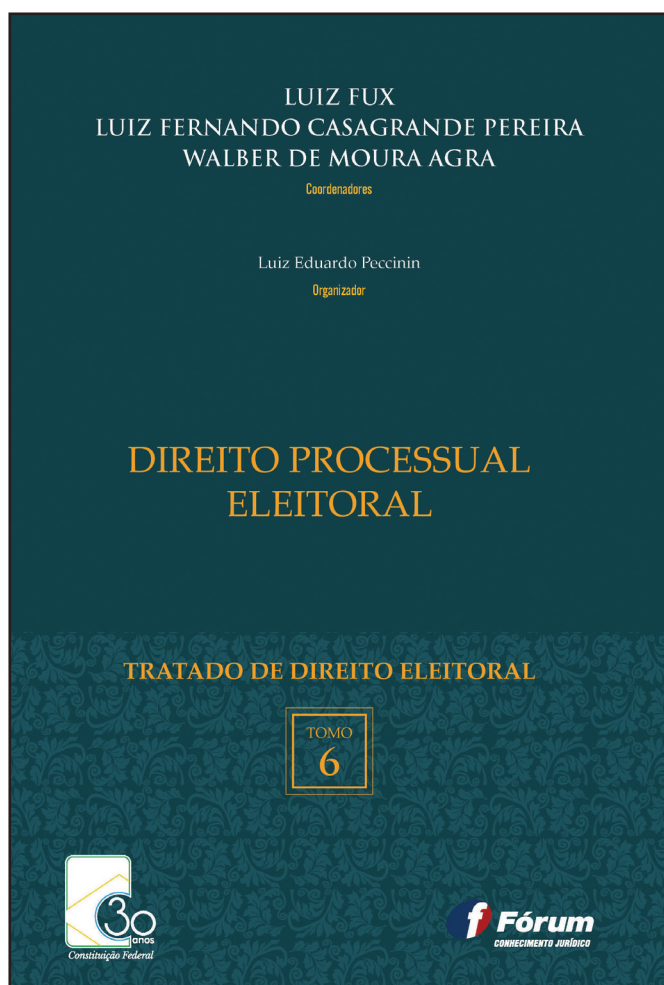




Ano após ano, o Direito Eleitoral vem acentuando sua autonomia acadêmica no Direito brasileiro e colocando-se no centro dos grandes debates nacionais. O *Tratado de Direito Eleitoral* representa a mais ambiciosa coleção de doutrinas em Direito Eleitoral no Brasil. A coletânea, que conta com a contribuição de mais de duzentos autores, compilou os principais estudos acerca dos mais atuais debates deste ramo do Direito, sistematizando-os em oito grandes temas: *Direito Constitucional Eleitoral, Direito Partidário, Elegibilidade e Inelegibilidades, Propaganda Eleitoral, Financiamento e Prestação de Contas, Direito Processual Eleitoral, Abuso de Poder e Perda de Mandato e Direito Penal e Processo Penal Eleitoral*. Assim, o *Tratado de Direito Eleitoral* vem para se tornar a principal fonte de pesquisa acadêmica e profissional em Direito Eleitoral existente até hoje.

LUIZ FUX
LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA
WALBER DE MOURA AGRA
Coordenadores

Luiz Eduardo Peccinin
Organizador

Comissão Científica

Roberta Maia Gresta
Frederico Franco Alvim
João Andrade Neto

Comissão Executiva

Maitê Chaves Marrez
Paulo Henrique Golambiuk
Waldir Franco Félix Júnior

VOLUME 6 DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL

COLEÇÃO TRATADO DE DIREITO ELEITORAL

Área específica
Direito Eleitoral

Áreas afins
Direito Constitucional, Direito Político e
Parlamentar, Ciência Política

Público-alvo/consumidores
Acadêmicos, advogados, servidores da Justiça
Eleitoral, juízes e promotores eleitorais

FORMATO: 17,0 X 24,0 cm
CÓDIGO: 10001395

D597 Direito Processual Eleitoral / Luiz Fux, Luiz Fernando Casagrande Pereira, Walber de Moura Agra (Coord.); Luiz Eduardo Peccinin (Org.). – Belo Horizonte : Fórum, 2018.
651 p.

Tratado de Direito Eleitoral
V. 6

ISBN da Coleção: 978-85-450-0495-0
ISBN do Volume: 978-85-450-0501-8

1. Direito Eleitoral. 2. Direito Constitucional. 3. Direito partidário. 4. Ciência Política.
I. Fux, Luiz. II. Pereira, Luiz Fernando Casagrande. III. Agra, Walber de Moura. IV.
Peccinin, Luiz Eduardo. V. Título.

CDD 341.28
CDU 342.8

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FUX, Luiz; PEREIRA, Luiz Fernando Casagrande; AGRA, Walber de Moura (Coord.); PECCININ, Luiz Eduardo (Org.). *Direito Processual Eleitoral*. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 651 p. (Tratado de Direito Eleitoral, v. 6.) ISBN 978-85-450-0501-8.

LUIZ FUX

Ministro do Supremo Tribunal Federal e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Professor catedrático de processo civil na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor em Direito Processual Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Membro da Academia Brasileira de Filosofia. Presidente da Comissão de Juristas do Novo Código de Processo Civil.

LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA

Advogado. Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). É professor de processo civil da Pós-Graduação do Instituto Romeu Bacellar e de outras instituições. Foi membro consultor da Comissão de Reforma do Código de Processo Civil do Conselho Federal da OAB. É autor, ainda, de inúmeros artigos, cursos e palestras na área do Direito Processual Civil e do Direito Empresarial. Compõe o Conselho Científico de diversas revistas jurídicas. Atualmente é Conselheiro titular do Conselho Seccional na OAB-PR. Membro fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP).

WALBER DE MOURA AGRA

Advogado e Procurador do Estado de Pernambuco. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco/Università degli Studio di Firenze. Pós-Doutor em Direito Constitucional pela Universidade Montesquieu Bordeaux IV. Professor Visitante da Universidade Montesquieu Bordeaux IV (2008). Visiting Research Scholar of Cardozo Law School. Diretor e Membro Fundador do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais. Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco. Professor visitante da Universidade de Bari - Itália. Professor do Centro Didático Euro Americano (CEDEUAM) da Università Del Salento. Membro fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP).

LUIZ EDUARDO PECCININ (Organizador)

Advogado. Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Especialista em Direito Eleitoral pela Universidade Positivo. Vice-Presidente do IPRADE – Instituto Paranaense de Direito Eleitoral. Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP). Coordenador Executivo do curso de Pós-Graduação em Direito Eleitoral da Universidade Positivo e do Curso de Pós-Graduação *In Company* em Direito Eleitoral UP e TRE/PR. Membro da Comissão de Direito Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraná.

Sumário:

PARTE I

O PROCESSO ELEITORAL E SEUS FUNDAMENTOS

CAPÍTULO 1

O ALCANCE DO CONCEITO DE PROCESSO JURISDICIONAL ELEITORAL NO DIREITO BRASILEIRO

LUDGERO LIBERATO	21
1.1 Introdução	21
1.2 Processo eleitoral e processo jurisdicional eleitoral	21
1.3 Processo jurisdicional eleitoral: o problema da identificação entre atividades administrativas e atividades jurisdicionais	26
1.3.1 A distinção entre a atividade jurisdicional (contenciosa e voluntária) e a atividade administrativa	28
1.3.1.1 Jurisdição (voluntária e contenciosa) e atividade administrativa	28
1.3.1.2 A jurisdição pressuposta no conflito	30
1.3.1.3 Crítica à concepção da jurisdição com base exclusivamente no conflito	32
1.3.1.4 Jurisdição fundada na ausência de interesse do Judiciário na causa	36
1.3.1.5 Apreciação crítica	38
1.3.2 Propostas de sistematização das atividades da Justiça Eleitoral	43
1.4 Conclusões	45
Referências	45

CAPÍTULO 2

O PROCESSO JUDICIAL (ELEITORAL) COMO GARANTIA DE LIBERDADE CONTRAJUDICIÁRIA

EDUARDO JOSÉ DA FONSECA COSTA	49
2.1 Introdução	49
2.2 Instituições	51
2.3 Instituições e Constituição	53
2.4 Instituições de garantia	55
2.5 Instituições de poder	57
2.6 Processo como instituição de poder	58
2.7 Processo como instituição de garantia – 1	60
2.8 Processo como instituição de garantia – 2	61
2.9 Processo e devido processo legal	63
2.10 Processo como instituto de direito constitucional	65
2.11 Processualística como constitucionalística	67
2.12 Remate	69

CAPÍTULO 3

O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 E A LEGISLAÇÃO PROCESSUAL ELEITORAL: UM ESTUDO SOBRE A RESOLUÇÃO DO TSE Nº 23.478, DE 10.5.2016

ELAINE HARZHEIM MACEDO	71
3.1 Introdução: uma dívida a ser solvida	71
3.2 A Resolução nº 23.478/16 e o art. 15 do CPC/15	73
3.3 Disposições gerais e normas fundamentais do processo: diálogo com o conflito eleitoral	76
3.3.1 Vedação da decisão surpresa e contraditório	76
3.3.2 Gratuidade	77
3.3.3 <i>Amicus curiae</i>	77
3.3.4 Sistema de justiça multiportas	79

3.3.5	Omissões da resolução.....	80
3.4	Prazos processuais.....	81
3.5	Atos processuais	84
3.6	Tutela provisória.....	85
3.7	Procuradores	87
3.8	Ordem dos processos no tribunal	87
3.9	Recursos e precedentes vinculantes.....	88
3.10	Disposições finais e transitórias	91
3.11	À guisa de considerações finais.....	92
	Referências.....	92

CAPÍTULO 4

O PROCESSO JURISDICIONAL ELEITORAL E SEUS FUNDAMENTOS: DIREITOS POLÍTICOS, INELEGIBILIDADES E O DEVIDO PROCESSO LEGAL

MICHELLE PIMENTEL DUARTE.....		95
4.1	Introdução	95
4.2	Fundamento material do processo jurisdicional eleitoral	96
4.2.1	A centralidade do art. 14, §9º da Constituição Federal no sistema jurídico eleitoral	100
4.3	A tutela adequada ao direito material.....	103
4.4	Devido processo legal e processo jurisdicional eleitoral	107
4.5	Conclusão	118
	Referências.....	119

CAPÍTULO 5

O PROCESSO ELEITORAL COMO GARANTIA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

PATRÍCIA HENRIQUES RIBEIRO.....		125
5.1	Introdução	125
5.2	O processo eleitoral brasileiro	126
5.3	Garantias processuais aplicadas ao processo eleitoral.....	129
5.4	O devido processo legal: ampla defesa e contraditório	132
5.5	Motivação das decisões judiciais.....	133
5.6	Isonomia entre as partes: a paridade de armas.....	136
5.7	Conclusão	138
	Referências.....	139

PARTE II

AS AÇÕES ELEITORAIS TÍPICAS

CAPÍTULO 1

AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE REGISTRO DE CANDIDATURA E OS LIMITES DO RECONHECIMENTO SUPERVENIENTE DAS INELEGIBILIDADES

PEDRO DE MENEZES CARVALHO		143
1.1	Introdução	143
1.2	Conteúdo jurídico da inelegibilidade superveniente.....	143
1.3	Incidência do princípio da segurança jurídica e do princípio da confiança na seara eleitoral	145
1.4	Incidência temporal da inelegibilidade superveniente.....	149
1.5	Há possibilidade de utilização da impugnação ao registro de candidatura em matéria superveniente?.....	152
1.6	O cabimento do recurso contra expedição de diploma como meio processual adequado para questionar as inelegibilidades supervenientes	153
1.7	Conclusão	155
	Referências.....	155

CAPÍTULO 2

BREVES APONTAMENTOS SOBRE A AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

RODRIGO NÓBREGA FARIAS.....		157
2.1	A relevância da ação de impugnação de mandato eletivo na Constituição Federal de 1988.....	157
2.2	O rito da ação de impugnação de mandato eletivo diante da vigência do Novo Código de Processo Civil	158
2.3	O NCPC e a produção de prova no âmbito da ação de impugnação de mandato eletivo	163
2.4	O NCPC e a contagem do prazo recursal na ação de impugnação de mandato eletivo.....	167
2.5	Os efeitos dos recursos na ação de impugnação de mandato eletivo e o retrocesso diante da vigência da Lei nº 13.165/15 ..	171
Referências.....		175

CAPÍTULO 3

A EVOLUÇÃO DA AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL E A ATUAL POSIÇÃO PREFERENCIAL QUE OSTENTA NO COMBATE AOS ABUSOS PRATICADOS FRENTE AOS DEMAIS INSTRUMENTOS EXISTENTES NO ORDENAMENTO

PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK	177
3.1 Introdução	177
3.2 A coexistência de ações típicas eleitorais e a evolução histórica da AIJE.....	178
3.3 Efeitos processuais decorrentes da previsão de cominação de inelegibilidade em AIJE.....	181
3.4 Uma ponderação final.....	187
Referências.....	187

CAPÍTULO 4

A REPRESENTAÇÃO POR CONDUTAS VEDADAS A AGENTES PÚBLICOS E SUA CONVIVÊNCIA COM A INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL POR ABUSO DE PODER POLÍTICO

ALEXANDRE FRANCISCO DE AZEVEDO, MARINA ALMEIDA MORAIS.....	189
4.1 Introdução	189
4.2 Ações eleitorais de combate ao abuso de poder político: aspectos formais.....	190
4.2.1 Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE)	190
4.2.1.1 Cabimento e legitimidade	190
4.2.1.2 Aspectos relevantes.....	195
4.2.2 Representação por conduta vedada a agentes públicos – Arts. 73 a 78.....	195
4.2.3 Dos efeitos da procedência.....	197
4.3 Evolução jurisprudencial e o afastamento da cassação como penalidade na representação por conduta vedada	198
4.4 Gravidade das circunstâncias <i>versus</i> proporcionalidade e o risco de decisões conflitantes.....	200
4.5 Considerações finais.....	204
Referências.....	205

CAPÍTULO 5

A LIBERDADE DO ELEITOR GARANTIDA PELA APLICAÇÃO DO ART. 41-A DA LEI Nº 9.504/97

KARINA KUFA, DANILO ATALLA.....	207
5.1 Conceito	207
5.2 Breve histórico da representação por captação ilícita de sufrágio	208
5.3 Causa de pedir	211
5.4 Legitimidade ativa e passiva.....	211
5.5 Competência.....	212
5.6 Desistência da ação.....	212
5.7 Prazo para ajuizamento da representação	213
5.8 Procedimento. Rito processual	213
5.9 Caracterização da conduta. Pedido implícito de votos.....	216
5.10 Sanções aplicáveis no caso de procedência da ação	216
5.11 Participação de terceiro na captação de ilícita de sufrágio.....	217
5.11.1 Eficácia das normas eleitorais.....	217
5.11.2 Igualdade ou isonomia perante a lei	218
5.11.3 Participação do candidato e/ou prova robusta de sua anuência	218
5.12 Conclusão	221
Referências.....	221

CAPÍTULO 6

AÇÃO RESCISÓRIA NO DIREITO ELEITORAL: EM BUSCA DE SUA REAL EFETIVIDADE

ROGÉRIO CARLOS BORN	223
6.1 Introdução	223
6.2 Fontes e natureza jurídica	224
6.3 Mérito	224
6.4 Vícios rescindíveis	225
6.4.1 Vícios rescisórios	225
6.4.2 Vícios transrescisórios.....	227
6.5 Legitimidade	228
6.6 Antecipação da tutela	228
6.7 Ação anulatória <i>querela nullitatis insanabilis</i>	229
6.8 Considerações finais.....	230
Referências.....	230

PARTE III
CONTENCIOSO ELEITORAL E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

CAPÍTULO 1

O NOVO CPC E A PROTEÇÃO DO DIREITO ELEITORAL

RODRIGO LÓPEZ ZILIO	235
1.1 Introdução	235
1.2 O reconhecimento da existência de interesses ou direitos transindividuais eleitorais	236
1.3 A prestação jurisdicional eleitoral: características singulares.....	239
1.4 A prestação jurisdicional eleitoral tempestiva e constitucionalmente adequada	242
1.5 A aplicação do Novo CPC no processo eleitoral: o art. 15 da Lei nº 13.105/15 e a Resolução nº 23.478/2016.....	245
1.6 O problema das liminares monocráticas.....	250
1.7 Conclusão	257

CAPÍTULO 2

O CONTRADITÓRIO COMO DIREITO DE INFLUÊNCIA E DE NÃO SURPRESA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E SUA IMPORTÂNCIA PARA O DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL

GUSTAVO BOHRER PAIM	259
2.1 Introdução	259
2.2 Normas fundamentais de direito processual	260
2.3 O contraditório como direito de influência e de não surpresa	263
2.4 O contraditório no direito processual eleitoral	267
2.5 Conclusão	270
Referências.....	270

CAPÍTULO 3

DA IMPOSSIBILIDADE DO AUTORREGRAMENTO DA VONTADE DAS PARTES NO PROCESSO ELEITORAL

MARIA PAULA PESSOA LOPES BANDEIRA, MARIA STEPHANY DOS SANTOS.....	273
3.1 Introdução	273
3.2 Normas processuais eleitorais	274
3.3 Aspectos constitucionais e o seu influxo na seara processual	275
3.4 O que são as cláusulas gerais do acordo de procedimento, art. 190, NCPC e qual a sua finalidade?	279
3.5 A inaplicabilidade das cláusulas negociais no processo eleitoral: aspectos gerais.....	283
3.6 Considerações finais.....	287
Referências.....	288

CAPÍTULO 4

A NATUREZA COLETIVA DA AÇÃO ELEITORAL

FLÁVIO CHEIM JORGE	291
4.1 Introdução	291
4.2 A natureza coletiva da ação eleitoral.....	291
4.3 O viés individualista do CPC	294
4.4 Legitimidade	295
4.5 Identificação da ação coletiva eleitoral.....	296
4.6 Coisa julgada <i>secundum eventum probationes</i>	298
4.7 Intervenção de terceiros.....	299
4.8 Conclusão	303
Referências.....	304

CAPÍTULO 5

ESTABILIZAÇÃO DA DEMANDA E CORREÇÃO DA ILEGITIMIDADE PASSIVA NO PROCESSO ELEITORAL

JALDEMIRO RODRIGUES DE ATAÍDE JÚNIOR,

ROBERTO P. CAMPOS GOUVEIA FILHO	305
5.1 Considerações iniciais.....	305
5.2 Breve noção sobre a correção da ilegitimidade passiva e sua compatibilidade/utilidade relativamente ao processo eleitoral.....	307
5.3 A analítica da correção da ilegitimidade passiva estabelecida no NCPC.....	312
5.4 Conclusões.....	316

CAPÍTULO 6

O LITISCONSÓRCIO NAS AÇÕES ELEITORAIS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA JURISPRUDÊNCIA

ANA MÁRCIA MELLO.....	319
6.1 Introdução	319
6.2 Litisconsórcio. Breves anotações	319
6.3 Incidência das normas processuais nas ações eleitorais	322
6.4 A jurisprudência eleitoral a respeito do litisconsórcio.....	323
6.4.1 Ação de impugnação de registro de candidatura (art. 3º, da LC nº 64/90)	323
6.4.2 Ação de investigação judicial eleitoral (art. 22 da LC nº 64/90) e representações eleitorais por captação ilícita de sufrágio (41-A da Lei nº 9.504/97) e por conduta vedada (art. 73, da Lei nº 9.504/97)	329
6.4.3 Ação de impugnação de mandato eletivo (art. 14, §10, CR/88), representação por captação ou gastos ilícitos de campanha (art. 30-A da Lei nº 9.504/97) e recurso contra a expedição de diploma (art. 262, CE).....	333
6.5 Considerações finais.....	338
Referências.....	338

CAPÍTULO 7

O *AMICUS CURIAE* COMO INSTITUTO DE LEGITIMAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS NA NOVA PROCESSUALIDADE COLETIVA: CONTRIBUTO PARA UMA TEORIA DEMOCRÁTICA DA AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO

EDILENE LÔBO.....	341
7.1 Introdução	341
7.2 O <i>amicus curiae</i> na novel processualidade brasileira	343
7.3 O <i>amicus curiae</i> na compreensão dos tribunais de cúpula	345
7.4 O <i>amicus curiae</i> na ação de impugnação de mandato eletivo	350
7.5 Conclusão	353
Referências.....	353

CAPÍTULO 8

FAKE NEWS, DESINFORMAÇÃO, PROCESSO ELEITORAL E TUTELA PROVISÓRIA

SANDRO MARCELO KOZIKOSKI, RENE SAMPAR	357
8.1 As <i>fake news</i> e seus impactos na sociedade da informação.....	357
8.2 Liberdade de expressão, pós-verdade e as <i>fake news</i>	364
8.3 Técnicas processuais e tutelas provisórias de urgência no direito eleitoral	368
Referências.....	371

CAPÍTULO 9

A ESTABILIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA E O CABIMENTO DA TUTELA DA EVIDÊNCIA (LIMINAR) NO DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL

ALEXANDRE FREIRE PIMENTEL, PAULO ROBERTO DE CARVALHO LYRA.....	375
9.1 Introdução	375
9.2 <i>Stare decisis</i> : origem da doutrina dos precedentes vinculantes no regime da <i>common law</i> e a preocupação do CPC-2015 com a revogação ou alteração da <i>ratio decidendi</i>	375
9.3 A força jurídico-normativa das decisões do TSE e o caráter oficioso-inquisitivo da jurisdição eleitoral.....	379
9.4 A estabilização das decisões e o problema da (in)segurança jurídica da jurisprudência eleitoral.....	382
9.5 Revogação dos precedentes (<i>overruling</i>).....	384
9.6 Do cabimento da tutela provisória (de urgência e da evidência) no processo eleitoral	385
9.7 O cabimento da tutela da evidência-liminar no processo judicial eleitoral.....	387
9.8 Conclusão	389
Referências.....	390

CAPÍTULO 10

O ART. 23 DA LC Nº 64/90 EM FACE DO DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO NO DIREITO ELEITORAL

JOÃO ANDRADE NETO.....	393
10.1 Introdução	393
10.2 O estado da arte: a doutrina sobre o art. 23 da LC nº 64/90	396
10.3 A incompatibilidade do art. 23 da LC nº 64/90 com o NCPC	398
10.3.1 Fatos públicos e notórios, indícios e presunções	398
10.3.2 Livre apreciação	400
10.3.3 Circunstâncias ou fatos não indicados ou alegados pelas partes.....	402
10.4 A inconstitucionalidade do art. 23 da LC nº 64/90	404
10.4.1 O direito fundamental à fundamentação das decisões judiciais	405
10.4.2 Os problemas da decisão do STF na ADI nº 1.082	407

10.4.2.1 Princípios vazios (sem conteúdo jurídico ou moral)	408
10.4.2.2 Princípios fracos demais (sem força normativa própria)	409
10.4.2.3 Conflitos artificiosos entre princípios	410
10.5 Considerações finais.....	412
Referências.....	413

CAPÍTULO 11

A INAPLICABILIDADE/REVOGAÇÃO DO “SUPERTRUNFO” DO LIVRE CONVENCIMENTO EM MATÉRIA ELEITORAL, ANTE A VIGÊNCIA DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

LUIZ FELIPE DA SILVA ANDRADE.....	417
11.1 Da problemática.....	417
11.2 Do dever constitucional de fundamentação das decisões e da crítica ao subjetivismo das decisões judiciais, especialmente em matéria eleitoral.....	418
11.3 Da problemática quanto à constitucionalidade do parágrafo único do art. 7º e do art. 23, ambos da Lei Complementar de nº 64/90, sob inc. IX do art. 93 da CRFB/88 e a nova ótica do efetivo contraditório e da valoração de provas postas no NCPC.....	420
11.3.1 Do efetivo contraditório no Novo Código de Processo Civil.....	421
11.3.2 Da aplicabilidade das disposições no Novo Código de Processo Civil aos feitos eleitorais.....	422
11.3.3 Da superação/revogação do parágrafo único do art. 7º e do art. 23, ambos da LI, pela implementação dos arts. 9º, 10, 11, 15, 371, 489, 927, 933 e §1º, todos do NCPC.....	424
11.4 Considerações finais.....	426
Referências.....	427

CAPÍTULO 12

FORÇA EXECUTIVA DAS DECISÕES NAS AÇÕES ELEITORAIS E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

RENATA C. VIEIRA MAIA	429
12.1 Introdução	429
12.2 Do processo contencioso eleitoral e a aplicação subsidiária e supletiva do CPC/15.....	430
12.3 Do cumprimento de sentença.....	432
12.3.1 Breve esboço histórico	432
12.3.2 Do procedimento de cumprimento de sentença pelo CPC/15.....	434
12.3.3 Do procedimento de cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, não fazer ou entregar	436
12.3.4 Do cumprimento de obrigação de pagar quantia certa	439
12.3.5 Da impugnação ao cumprimento de sentença	439
12.3.6 Do protesto ou inclusão do nome do devedor em cadastros restritivos de crédito	441
12.4 Do cumprimento de sentença na Justiça Eleitoral	442
12.4.1 Considerações iniciais.....	442
12.4.2 Do procedimento de cumprimento de sentença para cobrança dos créditos apurados em favor do Tesouro Nacional ou do Fundo Partidário, em prestação de contas eleitorais – Res. nº 23.464/2015 e Portaria PGU nº 2/2016.....	443
12.4.2.1 1ª fase – Fase pós-processual, prévia, ao cumprimento de sentença – Voluntária administrativa – Justiça Eleitoral	443
12.4.2.2 2ª fase – Fase prévia ao cumprimento de sentença – Administrativa – Fase de cumprimento voluntário na Procuradoria da União competente	444
12.4.2.3 3ª fase – Fase voluntária processual – Cumprimento de sentença voluntário – Justiça Eleitoral	445
12.4.2.4 4ª fase – Fase de execução forçada do cumprimento de sentença – Justiça Eleitoral.....	445
12.5 Considerações finais.....	446
Referências.....	448

CAPÍTULO 13

TUTELAS ESPECÍFICAS: APLICAÇÃO DE NORMAS PROCESSUAIS NO DIREITO ELEITORAL

WALTER DE AGRA JÚNIOR, ARTHUR MONTEIRO LINS FIALHO	451
13.1 Introdução	451
13.2 Bem jurídico tutelado pelo direito eleitoral	452
13.3 Tutelas específicas, acesso à justiça e o direito eleitoral.....	453
13.3.1 Da aplicação do CPC no direito eleitoral.....	455
13.3.2 Primazia da tutela específica e importância da tutela inibitória no direito eleitoral.....	456
13.4 Cognição sumária e a tutela específica eleitoral	458
13.5 Considerações finais.....	462
Referências.....	462

CAPÍTULO 14

CASSAÇÃO DE MANDATO NA JUSTIÇA ELEITORAL E TÉCNICAS PROCESSUAIS (DE ACORDO COM O NCPC E A ADI Nº 5.525)

LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA.....	465
14.1 Introdução	465
14.2 Entendendo as cassações de mandato. A técnica do ressarcimento na forma específica	466
14.3 A Constituição Federal fixa a cassação como a consequência única para a prática de abuso com potencialidade. Inexistência de vinculação ao julgamento do recurso ou ao trânsito em julgado	469
14.4 O mito da irreversibilidade no Direito Eleitoral	472
14.5 Eficácia imediata da sentença de cassação. O ônus do tempo do julgamento do recurso.....	474
14.6 A questão deve ser resolvida na análise do caso concreto. Tutela provisória	475
14.7 Cassação com antecipação de tutela em sentença para elidir o efeito suspensivo do recurso. O aporte da tutela de evidência	476
14.8 Momento da realização de novas eleições. O problema da cisão do ressarcimento na forma específica	481
Referências	482

PARTE IV

PROVAS NO DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL

CAPÍTULO 1

ANTIGAS E NOVAS REFLEXÕES SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA NO PROCESSO ELEITORAL

FLÁVIO LUIZ YARSELL	489
1.1 Tema já tratado e a ser retomado	489
1.2 Ônus da prova e formação do convencimento do juiz: a ideia de <i>standards</i> probatórios no processo eleitoral	490
1.3 Alteração do ônus probatório em processos não sancionadores: possibilidade em prol do exercício de direitos políticos	502

CAPÍTULO 2

O DIREITO PROBATÓRIO ELEITORAL À LUZ DO CPC 2015: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

ANTÔNIO VELOSO PELEJA JÚNIOR	505
2.1 Visão geral	505
2.2 A prova na tentativa de reconstrução da verdade.....	506
2.3 Fundamentação analítica.....	507
2.4 O CPC e assuntos correlacionados à seara eleitoral	508
2.4.1 Teoria dinâmica do ônus da prova na seara eleitoral.....	508
2.4.2 Interrogatório e depoimento pessoal.....	513
2.4.3 Ausência de contradita e eficácia da prova testemunhal.....	515
2.5 Conclusão	516
Referências.....	516

CAPÍTULO 3

PROVAS ILÍCITAS NO PROCESSO JUDICIAL ELEITORAL: ÀS VOLTAS COM AS GRAVAÇÕES AMBIENTAIS CLANDESTINAS

GUILHERME BARCELOS.....	519
3.1 Introdução	519
3.2 O que é isto, a gravação ambiental clandestina?.....	520
3.3 Gravações ambientais clandestinas no processo judicial eleitoral: como se manifestam?	521
3.4 A ilicitude das gravações ambientais clandestinas no contencioso eleitoral.....	523
3.4.1 Da afronta ao direito fundamental à <i>privacidade</i>	524
3.4.2 Da afronta ao princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i> e ao princípio do <i>contraditório</i> : o direito de não produzir provas contra si mesmo	528
3.4.3 Do flagrante preparado e do ilícito impossível.....	529
3.5 Desmitificando o pretenso <i>leading case</i> da matéria: de como o STF jamais se pronunciou sobre a (i)licitude das gravações ambientais clandestinas no âmbito eleitoral.....	532
3.6 A repercussão geral recentemente reconhecida pelo STF	534
3.7 Conclusão	535
Referências.....	537

PARTE V
RECURSOS ELEITORAIS

CAPÍTULO 1

O RECURSO ELEITORAL (“APELAÇÃO ELEITORAL”) E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: ALGUNS ASPECTOS RELEVANTES

BRUNO CAMPOS SILVA	541
1.1 Introdução	541
1.2 O recurso eleitoral (“apelação eleitoral”) e o Novo Código de Processo Civil (NCPC) – alguns aspectos relevantes	541
1.3 As decisões interlocutórias não agraváveis – Escorreita interpretação/aplicação do art. 1.009, §1º, NCPC	548
1.4 O “juízo de retratação” e os requisitos extrínsecos de admissibilidade, em especial a tempestividade.....	553
1.5 O efeito suspensivo <i>ope legis</i> e <i>ope iudicis</i> nos recursos de apelação e eleitoral – “Juízo de recebimento” para a declaração dos efeitos	556
1.6 Conclusão	558
Referências.....	559

CAPÍTULO 2

RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS ELEITORAIS E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

ÂNGELO SOARES CASTILHOS.....	563
2.1 Introdução	563
2.2 A Justiça Eleitoral e o direito processual comum	566
2.3 Decisões interlocutórias na Justiça Eleitoral e o Novo Código de Processo Civil	570
2.3.1 O agravo de instrumento contra decisões interlocutórias dos juízos eleitorais	573
2.3.2 O agravo regimental ou interno nos tribunais eleitorais	582
2.3.3 O recurso especial eleitoral em sede de decisões interlocutórias.....	585
2.4 Conclusão	587
Referências.....	589

CAPÍTULO 3

A (IR)RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES ELEITORAIS FRENTE AO CPC/15, ENTRE A EFICÁCIA E SEGURANÇA JURÍDICA

LUIZ SILVIO MOREIRA SALATA	591
3.1 Registros preliminares	591
3.2 Da irrecorribilidade da decisão interlocutória	595
3.3 Do mandado de segurança como medida para reforma do ato judicial	601
3.4 Da eficácia da decisão eleitoral e da segurança jurídica	605
Referências.....	608

PARTE VI
MANDADO DE SEGURANÇA NO DIREITO ELEITORAL

CAPÍTULO 1

MANDADO DE SEGURANÇA ELEITORAL COMO COADJUVANTE AOS RECURSOS UTILIZADOS CONTRA ATOS JUDICIAIS

DURVAL AIRES FILHO.....	613
1.1 Introdução	613
1.2 Seis passos para impetração da segurança	615
1.2.1 Juízo de adequação.....	615
1.2.2 Definição da autoridade coatora	616
1.2.3 Prova pré-constituída.....	617
1.2.4 Definição da matéria articulada	618
1.2.4.1 O dano concreto e individualizado.....	618
1.2.4.2 Mandado preventivo.....	619
1.3 Breves informes históricos	619
1.3.1 Ausência do disciplinamento em relação ao ato judicial	619
1.3.2 Possibilidade da segurança em face do ato judicial	620
1.3.3 O desprestígio do mandado de segurança como sucedâneo recursal.....	621
1.3.4 O velho novo mandado de segurança.....	622
1.4 Mandado de segurança ou medida cautelar: eis a questão.....	623
1.5 Cabimento do mandado de segurança contra ato judicial	626
1.5.1 Do ato administrativo desprovido de recurso e de efeito suspensivo	627

1.5.2	De qualquer decisão judicial.....	628
1.5.3	Da decisão que caiba recurso sem efeito suspensivo	629
1.5.4	Da decisão irrecorrível	629
1.6	Conclusões.....	632
	Referências.....	634

CAPÍTULO 2

MANDADO DE SEGURANÇA NO PROCESSO ELEITORAL: COMPETÊNCIA E MODIFICAÇÕES DECORRENTES DO CPC/15

JOSÉ HENRIQUE MOUTA ARAÚJO	637
2.1 Introdução	637
2.2 O mandado de segurança contra ato administrativo na Justiça Eleitoral	638
2.3 Mandado de segurança contra ato judicial eleitoral: cabimento, competência e aplicação do Novo CPC.....	641
SOBRE OS AUTORES.....	647